
**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 62ª REUNIÃO**

Data: 21 e 22 de fevereiro de 2008

Local: Auditório da SRHU, Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério da Integração Nacional: ausência
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Francisco Lopes Viana (fcoviana@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Leonardo Carvalho Lima (leonardo.lima@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Andréa Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Wesley Gabrieli de Souza (wsouza@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luiz.pinheiro@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PB/PE: Simone Rosa da Silva (simone.rosa@srh.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais - RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins.a@gmail.com)
- Conselhos Estaduais - PI/SE: ausência
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Alexander Gonçalves da Silva (agsacomp@cemig.com.br)
- Irrigantes: Nelson Ananias Filho (nelson.filho@cna.org.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Patrícia Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de Freitas Silva (bpg-pgr@daee.sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Paulo Fernandes Cardoso (paulofernandes@copodhenfe.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda (tania.miranda@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

- Agustin Trigo (ANA) - agustin.trigo@ana.gov.br
- André Pol (SRHU/MMA) - andre.pol@mma.gov.br
- Célia Maria Fróes (IGAM / MG) - celia.froes@igam.mg.gov.br
- Célia Regina Bueno Palis Poeta (SMA / SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- Diógenes Mortari (ADASA) - diogenes_mortari@yahoo.com.br
- Joselaine Ribeiro Filgueiras (IGAM / MG) - joselaine.filgueiras@igam.mg.gov.br
- Leonardo Mitre (ANA) - mitre@ana.gov.br
- Luciano Meneses C. da Silva (ANA) - lmeneses@ana.gov.br
- Luciano Mozer de Assis (MME/DNPM) - luciano.assis@dnpm.gov.br
- Martha Von Borstel Sugai (COPEL / PR) - martha.sugai@copel.com
- Sebastião Domingos de Oliveira (MME/DNPM) - sdogeologo@yahoo.com.br
- Sidnei Agra (Agra Engenharia / RS) - sagra@terra.com.br

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h do dia 21 de fevereiro do ano de dois mil e oito, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 62ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente agradeceu a presença de todos e desejou as boas vindas considerando ser a primeira reunião do ano. Iniciou passando a palavra ao **Conselheiro Manoel Imbiriba (CERH/PA)** que informou sobre a criação do Fórum de Órgãos Gestores das Águas do Brasil que foi criado durante o IX Fórum Nacional de Comitês de Bacia, em outubro de 2007 e em novembro na Reunião da Associação Brasileira de Recursos Hídricos definidas as coordenações, sendo a coordenação geral da SRH/BA, a secretaria administrativa o Estado de MG e a secretaria executiva do Estado do AC que definiu a agenda de trabalho estando a primeira reunião agendada para 03 de março de 2008, cuja temática a ser abordada seria outorga, assim estando todos os órgãos gestores convidados a falarem sobre essa temática para se alcançar o estado da arte desse instrumento no Brasil. Informou ainda que seriam apresentadas durante o encontro as experiências dos Estados de São Paulo e Bahia sobre essa temática, seguida de formação de grupos de trabalho para discussão do tema e finalizou informando sobre o envio do convite a Câmara Técnica para participar do evento que justamente trataria do tema central da CTPOAR. A Sra. **Leila Gomes (CERH/SP)** agradeceu o informe e o convite, e solicitou que todos se apresentassem. Finalizada a apresentação, o Sr. **Ednaldo Carvalho (SRHU/MMA)** conduziu o item 2 da pauta – [Item 2 – Eleição de presidente](#). Iniciou justificando o convite feito a sua pessoa para conduzir tal procedimento que o aceitou com muito gosto. Rememorou os itens do Regimento Interno referentes a eleição de presidentes, bem como sobre representatividade, sendo algo amplo e complexo, mas que envolveria a articulação com os pares de cada segmento, assim compartilhado as orientações e opiniões. Leu as atribuições dessa CTPOAR e ressaltou a responsabilidade referente as ações conjuntas e integradas. Agradeceu em nome da Secretaria Executiva do CNRH os trabalhos desenvolvidos pela CTPOAR, destacando suas 8 resoluções que estão sendo adequadas nos estados, sendo também balizadoras para a ANA trazendo a coerência para ações sobre esse tema. Destacou a Resolução CNRH nº 65, de 2006 quanto a única ação concreta de articulação com o CONAMA. Sugeriu duas metodologias que poderiam ser adotadas para o procedimento de eleição, sendo: 1 – 5 minutos para articulação entre todos e os candidatos; 2 – sem o intervalo para articulação já sendo apresentadas as indicações das candidaturas. A Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** disse ser um privilégio ter o Sr. Ednaldo auxiliando os trabalhos pelo conhecimento e forma de condução. Sugeriu uma terceira forma, onde seria dado um espaço de tempo para manifestações gerais, sem intervalo, seguida da eleição. Com acordo de todos foi então determinado um período de 10 minutos para que fossem ouvidas as manifestações. Assim foi passada a palavra a Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** que comentou ter falado em várias câmaras técnicas na tentativa de despertar sobre a importância da rotatividade por enriquecer os trabalhos e enobrecer o cargo. Comentou sobre o revés que o SINGREH estaria sofrendo, sinalizado pela modificação estrutural ocorrida no próprio MMA, ficando o SINGREH como um sistema subalterno, como estaria também acontecendo com o IGAM que atualmente não possuiria hidrólogos em seu quadro. Lembrou que anuncia-se no Estado de São Paulo uma fusão entre meio ambiente e recursos hídricos para um único órgão, o que a assustaria pelo exemplo que esse Estado possui para com os demais estados do país e aproveitaria para alertar a ANA que estaria correndo o risco de ser fundida ao IBAMA. Após a demonstração de suas preocupações sugeriu a recondução da Sra. Leila Carvalho, pois o fato dela ficar a frente da CTPOAR seria uma tentativa de manter o exemplo da importância dos órgãos de outorga e do sistema de recursos hídricos, resgatando os conceitos do SINGREH, sendo essa uma forma de enfrentar

essas mudanças. O Sr. **Francisco Viana (ANA)** disse que representando a ANA e diante da importância da CTPOAR, sendo muito finalística acordava com as manifestações da Sra. Patrícia e ressaltou o momento vivido diante de indefinições onde São Paulo ficaria como uma luz nacional, necessitando que São Paulo permanecesse à frente da Câmara, e para o próximo ano, com a mudança do contexto outros nomes para a presidência deveriam ser pensados. A Sra. **Célia Fróes (IGAM)** apoiou a recondução sendo uma forma de fortalecer a luta dos estados. O representante do Conselho Estadual do Rio Grande do Norte, do Conselho Estadual da Bahia, do Conselho Estadual de Pernambuco apoiaram a recondução, diante do problema que vivem e pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Sra. Leila Carvalho. O Sr. **Erivelto Silveira (Prestadoras)** manifestou apoio à recondução considerando o fato exposto, bem como pelo espaço altamente democrático criado pela atual presidente nas discussões. Ressaltando a competência, apoiaram a recondução o representante das organizações não-governamentais e o representante do Ministério de Minas e Energia. O Sr. **Nelson Neto (Irrigantes)** e a Sra. **Tânia de Miranda (OTEP)**, que estavam participando pela primeira vez, confirmaram a recondução pela confiança que tinham nos colegas. Finalizadas as manifestações o Sr. **Ednaldo Carvalho (SRHU/MMA)** confirmou o nome da Sra. Leila Carvalho para presidir a CTPOAR por mais um ano e ressaltou sua competência e educação. A Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** lembrou a todos que na última reunião da CTPOAR, ocorrida em novembro de 2007, apresentou uma contabilidade das ações da CTPOAR durante o período que a presidiu e que no momento comentou sobre a importância da renovação da presidência. Comentou sobre a fusão e disse que não daria para sensibilizar no nível político, mas que no nível técnico seria possível. Disse acreditar que a integração seria importante e não a fusão, conforme estaria sendo proposto, mas que começava ver alguma luz para a consolidação da integração em seu Estado. Agradeceu a confiança depositada e disse aceitar pela estratégia política que representaria para o país. [Item 3 – Aprovação das Atas da 60ª e 61ª Reunião da CTPOAR.](#) As atas foram aprovadas com alterações. [Item 4 - Cronograma de reuniões da CTPOAR para 2008.](#) A discussão desse item foi iniciada pela Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** que solicitou sensibilidade aos membros da CTPOAR, considerando que durante 2007 foram realizadas 8 reuniões, sendo um número alto que dificultaria a participação em outras reuniões de câmaras técnicas, se tornando inoperantes o que não promoveria a participação em todas as reuniões, sugeriu então condensação das reuniões em dois dias efetivos a cada dois meses. O Sr. **Leonardo Mitre (ANA)** disse ser mais fácil que o número de reuniões fosse reduzido, mas com maior dedicação anterior e posteriormente a reunião evitando que textos fossem relidos e sim que propostas fossem apresentadas não formuladas no momento da reunião, sendo assim disponibilizadas por e-mail. Sugeriu reuniões bimestrais ou com intervalo de 45 dias. A Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** disse que não daria para definir o número de reuniões, pois estas dependeriam das metas a serem estabelecidas por essa CTPOAR, apoiadas nos programas e subprogramas do Plano Nacional, isso sim contaria no custo de transação, mas que realmente acreditava que a ferramenta de comunicação “e-mails” poderia otimizar as reuniões diminuindo assim a frequência, podendo ser bimestrais, além da criação de grupos mais específicos e a melhoria das informações no site. A Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** comentou que as Câmaras também são receptoras de demandas de conflitos o que demandaria reuniões para auxiliar na resolução destes, como foi o caso das reuniões conjuntas com a CTAS que não chegaram a uma deliberação do CNRH, mas ajudaram no caso São Lourenço. Lembrou também que durante as reuniões muitos assuntos que ali são suscitados chegam como solução para os estados e com uma frequência mensal isso seria mais viabilizado ampliando e difundindo conhecimentos, sendo a riqueza maior das reuniões. Disse ainda que a CTPOAR teria uma pauta extensa e que outras formas de comunicação deveriam ser adotadas. Informou que no dia 22/02 seria realizada reunião com os presidentes das CTs e que

abordaria esse tema. O Sr. **Luiz Henrique (CERH/BA)** concordou que o custo de participação era elevado, mas que pelo instrumento que a CTPOAR trataria refletiria muito nos estados, principalmente para lançamento de efluentes, o próximo assunto a ser abordado e tudo que estaria em discussão no CNRH, mesmo não sendo matéria concluída, ajudaria os estados. A Sra. **Simone da Silva (CERH/PE)** sugeriu que as reuniões fossem itinerantes, assim diminuindo os custos das passagens além da verificação das demais reuniões das CTs para que essas acontecessem seqüenciadas, otimizando o custo do deslocamento. Finalizando convidou a CTPOAR para se reunir em Recife este ano. A Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** disse ser importantíssimo a otimização das agendas das Câmaras Técnicas do CNRH e do CONAMA, mas que isso também dependeria da representatividade de cada membro e que o envio de documentos das reuniões ordinárias fosse com maior antecedência. A Sra. **Raquel Scalia (SRHU/MMA)** esclareceu que os documentos são sempre enviados com a antecedência mínima determinada pelo regimento interno do CNRH, mas que especificamente para essa reunião foi encaminhado com 1 mês de antecedência e assim questionou se esse não seria um prazo suficiente, haja vista que todos os documentos resultantes da última reunião já estavam disponíveis no *site* desde o dia 1º de dezembro de 2007. O Sr. **Carlos Martins (CERH/RN)** disse que um dia de reunião não seria efetivo, devendo ser reuniões de mais dias, qual fosse a prioridade e aproveitou para convidar a CTPOAR para se reunir junto ao evento bianual da ABAS que será realizado em Natal no período de 09 à 14 de novembro e que este convite estaria sendo feito a CTAS também. O Sr. **Leonardo Mitre (ANA)** chamou a atenção para a importância dos temas serem efetivamente de competência do CNRH, quando trazidos para a CTPOAR. A Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** ressaltou a importância de tais ferramentas e o comprometimento não se limitando a um discurso. Disse ainda que o rendimento não estaria na quantidade de reuniões e resoluções aprovadas como no CONAMA. Comentou a respeito da tramitação das matérias e informou sobre a proposta de resolução da CTCOST, que envolveria a CTPNRH, mas que foi diretamente encaminhada para a CTIL que a encaminhou para o plenário. A Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** disse achar interessante um procedimento existente nas reuniões plenárias do CONAMA onde nos informes gerais seria comentada a aplicabilidade e problemas com suas resoluções. O Sr. **Leonardo Mitre (ANA)** sugeriu como metodologia de montagem de pauta de reunião, a existência de três temas por reunião, dois na CT e um em GT e que hoje estariam dois temas em fase de conclusão e outro demandando a formação de um GT. Nesse momento o **Conselheiro Manoel Imbiriba (CERH/PA)**, atendendo a solicitação de membros da CTPOAR, retornou ao local da reunião para prestar esclarecimentos sobre o Fórum Nacional de Gestores e sua primeira reunião, haja vista a desinformação dos representantes de órgãos gestores de recursos hídricos presentes na reunião que temiam que a informação não tivesse sido repassada dentro do próprio órgão. O Sr. **Francisco Viana (ANA)** disse que a data estaria muito próxima não tendo tempo hábil para a participação de todos os órgãos gestores, considerando que o convite ainda não foi encaminhado, assim solicitou o adiamento. Os membros da CTPOAR acordaram que não haveria reunião da CTPOAR junto a este evento, apesar da proximidade do tema, mas por este ser voltado especificamente aos órgãos gestores e pelo tempo restrito de convocação, mas que estes estariam presentes na 1ª reunião do Fórum, dando o informe sobre o ocorrido na próxima reunião da CTPOAR. Contudo não destacaram a participação quando o tema for pertinente, como o caso da fiscalização. Concluída essa discussão agradeceu-se ao Conselheiro e definiram que a periodicidade das reuniões da CTPOAR seriam a cada dois meses, num total de 4 encontros ordinários ao ano, sendo reuniões de dois dias e com início impreterivelmente para às 10h. As próximas datas para as reuniões ordinárias definidas foram: 16 e 17/04, 18 e 19/06, 10 e 11/09 e 10 e 11/11 (Natal), ficando em aberto uma data para reunião extraordinária. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** lembrou de que se deveria

avaliar com cuidado a realização de reuniões simultaneamente com seminários, pois isto pode agravar os problemas de falta de quorum uma vez que poderia acontecer de um membro da CT precisar apresentar trabalho no mesmo horário da reunião. Nesse momento a Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** lembrou a todos dos próximos dois temas já priorizados pela CTPOAR em sua 60ª reunião, sendo: outorga de lançamento de efluentes e critérios e procedimentos para definição de vazão ecológica, remanescente, mínima. Acordaram que criariam um GT para a discussão do tema vazão ecológica e, quando finalizado, iniciaria-se outro GT para discussão de outorga para lançamento de efluentes, sendo estes temas metas para 2008, além dos temas já em discussão. A Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** disse que mesmo a programação estando definida todo o procedimento estaria em avaliação considerando o rendimento e o alcance das metas. A reunião foi encerrada para o almoço às 12h15. A reunião foi reiniciada às 14h10 no [Item 5 - Continuação da análise técnica da Resolução ANA nº 399/2004, encaminhada pela CTIL.](#) A Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** fez um lembrete das pendências existentes para concluir a proposta de resolução e comentou sobre a metodologia descrita na proposta para nivelamento de informações. A Sra. **Joselaine Filgueira (IGAM)** informou muito ter discutido esse assunto com a ANA, visando a construção da base hidrográfica, sendo que essa proposta viria ao encontro das demandas do Estado. Acordaram que iriam fazer a leitura geral do documento, assim iniciaram a análise pelos considerandos. Após a leitura dos considerandos acrescentaram mais um considerando que justificasse o uso e uniformização da metodologia. O Sr. **Agustin Trigo (ANA)** esclareceu que a proposta de resolução mencionaria a caracterização da rede por meio da identificação do curso de água final alcançando a aplicação dos instrumentos de gestão, definindo a unidade diferentemente da toponímia. O Sr. **Diógenes Mortari (ADASA)** comentou que com o uso da metodologia haveria necessidade de uma gestão compartilhada, conforme o curso de água e o cuidado com o critério ser objetivo. Ainda em discussão levantaram o cuidado que deveria se ter com o uso da palavra indivisível e as interpretações que poderiam ser dadas. Foi ratificado que em situações consolidadas não haveria modificação na gestão e que a partir dessa proposta de resolução trocaria a forma de identificação de um rio e que a função da proposta de deliberação não seria de caracterizar a bacia e sim identificar um rio. Diante dos comentários ajustaram a redação do art. 1º, bem como da ementa da proposta de resolução e o art. 2º ficando os demais artigos para análise na próxima reunião, podendo ser enviadas sugestões durante o intervalo entre reuniões. [Item 6 – Apresentação “Inserindo o Hidrograma Ecológico no SINGREH”, pelo Sr. Sidnei Gusmão Agra.](#) Antes de iniciar a apresentação, foi passada a palavra ao Sr. **André Pol (SRHU/MMA)** que informou sobre o Seminário referente a vazões ambientais promovido pela União Internacional para Conservação da Natureza – UICN e Global Environmental Facility - GEF, com o apoio da Itaipu Binacional e The Nature Conservancy – TNC, ocorrido entre os dias 11 e 15 de fevereiro de 2008 em Foz do Iguaçu que teve como público alvo os gestores de recursos hídricos e profissionais envolvidos em programas GEF de diferentes países, com ênfase na América Latina, tendo como objetivo difundir o conceito de vazão ambiental e suas aplicações na gestão de recursos hídricos, apresentando estudo de casos e promovendo a troca experiências entre os participantes por meio de exercícios práticos sobre o tema. Na ocasião, foi também apresentada a tradução para o português (de Moçambique) do livro “FLOW” disponível para “download” no sítio eletrônico da UICN e que versaria sobre os conceitos básicos quanto as “vazões ambientais” apresentando experiências desenvolvidas em diferentes países, constituindo material de consulta para aqueles que estariam iniciando estudos sobre a temática. Mencionou que o governo brasileiro esteve presente por intermédio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas. No caso da SRHU tendo como representantes André Pol, membro da equipe técnica do PNRH e a Srta. Raquel Scalia, técnica especializada atuante na CTPOAR do CNRH. Pela Agência Nacional

de Águas, o Sr. Joaquim Gondim, Superintendente de Usos Múltiplos, o Sr. Luciano Meneses Gerente de Outorga da Superintendência de Outorga e Fiscalização e o Sr. Marcelo Mazolla. Também estiveram presentes representantes das concessionárias de energia, COPEL e ITAIPU. Disse ter sido excelente oportunidade de aprendizado e intercâmbio de informações onde a delegação brasileira demonstrou claramente, que em âmbito nacional, as discussões em torno dos requerimentos necessários a manutenção do funcionamento dos ecossistemas aquáticos encontravam-se avançadas, sobretudo no que se refere à construção de um arcabouço conceitual que ampare a regulamentação necessária a sua implementação, potencialidades e obstáculos no contexto de um país de proporções continentais, dotado de enorme diversidade biológica, social, cultural, econômica e com uma matriz energética dependente dos recursos hídricos. Lembrou que o tema vazão ambiental tem sido motivo de debate no âmbito do CNRH, inicialmente na Câmara Técnica de Análise de Projetos, tornando-se atualmente item de pauta na Câmara Técnica de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras. Constituindo também um dos itens do Programa 3 do PNRH que trata do “Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos” que contaria com recursos financeiros do Programa GEF PROBIO II, onde pretende-se ampliar as discussões, juntamente com a CTPOAR, obtendo-se informações de cunho estratégico no que diz respeito a sua implementação a médio e longo prazos. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** complementou informando que o evento não foi muito divulgado e de que o conceito de vazão ambiental já estaria citado na exposição de motivos referente as vazões mínimas remanescentes apresentado a essa CT na última reunião. Esclareceu que na verdade existiriam três conceitos distintos: vazão ecológica, vazão mínima remanescentes e o terceiro seriam essas vazões ambientais ou o hidrograma ambiental, que seria mais amplo e necessitaria de uma grande quantidade de bons dados. A Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** disse que há muito vinha ressaltando que a determinação da vazão mínima e ecológica não seria tão simples por não se ter uma resposta específica, necessitando de informações básicas. Informou que para os empreendimentos hidrelétricos os órgãos ambientais estariam exigindo o cálculo da vazão ecológica, sendo um entrave diante da dificuldade de sua determinação. Lembrou que a CTPOAR não deveria entrar nessa seara e sim focar na conceituação. O Sr. **André Pol (SRHU/MMA)** lembrou da dificuldade de criação de uma metodologia para todo país, mas que deveríamos organizar e amadurecer nossas idéias sobre essas vazões e sermos estratégicos nas suas apresentações. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** disse que por trás da definição de conceitos deveria existir uma visão holística do tema com uma abordagem robusta de campo. Finalizou se comprometendo a disponibilizar eletronicamente o livro FLOW em inglês, espanhol e português. Nesse momento foi passada a palavra para o Sr. **Sidnei Agra (Agra Engenharia)** para sua apresentação, que iniciou mostrando os objetivos do trabalho que seriam: avanço na discussão sobre a definição dos Hidrogramas Ecológicos; alternativa à definição de vazões remanescentes constantes; proposta de procedimento para sua implementação, caracterizado pelo fortalecimento dos comitês de bacia e propostas de aprimoramentos no SINGREH para sua aplicação. Colocou os antecedentes que nortearam a elaboração dessa metodologia. Tecnicamente apresentou as características ecológicas associada a componentes do regime hidrológico e a associação com o ciclo dos peixes, demonstrando ser insuficiente o tradicional critério de vazão ecológica, como um valor único e que o conceito de hidrograma ecológico não trataria, apenas, da detecção de quantidade de água para preservar o ecossistema, mas conservar uma parcela de seus processos, que produziram bens e serviços ao homem, de modo a compatibilizá-los com o desenvolvimento de atividades antrópicas. Mostrou a prescrição do hidrograma ecológico, considerando: 1 - vazão mínima em cada mês; 2 – máxima vazão durante a estiagem; 3 – mínima cheia e 4 – pequenas cheias no início do período úmido. Colocou as ações prioritárias como: legitimação do ecossistema como usuário dos recursos hídricos; definição de Hidrogramas Regionais

Típicos e classificação de corpos d'água em classes de conservação. Ainda apresentou vários exemplos de hidrogramas. Na sequência ressaltou os procedimentos para a implementação da metodologia, bem como as relações com meio ambiente, recursos hídricos, meio científico, comitê de bacia e órgão gestor, com os seguintes passos: 1 – reunião orientada; 2 – identificação do regime hidrológico natural; 3 – proposta de conjunto de hidrogramas; 4 – ajuste de hidrogramas em função de atividades antrópicas e da resposta dos ecossistemas; 5 – apresentação de hidrogramas e dos efeitos de sua implementação; 6 – definição do hidrograma ecológico; 7 – regulamentação e operação e 8 – pesquisa e monitoramento. Mostrou um quadro com a relação dos instrumentos de gestão e as etapas do procedimento proposto. Em seguida apresentou sua proposta de catalisar o SINGREH com a utilização do HidroEco e a correlação com os instrumentos de gestão. Como conclusões destacou: PNRH como utilitarista, a autoridade outorgante assumindo indiretamente a competência para definição de “vazões ecológicas” ao caracterizar vazões remanescentes, “vazões ecológicas” sendo definidas indiretamente por critérios de outorga, de modo que deveriam ser denominadas “vazões remanescentes” ou “saldos hídricos”, necessidade de harmonização dos critérios de outorga entre as diferentes autoridades outorgantes, no âmbito de bacias hidrográficas, busca de consensos sobre vazões ecológicas no tocante à quantidade e à sazonalidade, legitimação do ecossistema como usuário o que auxiliaria na aproximação do SISNAMA e do SINGREH, consensos em torno de hidrogramas ecológicos oportunizarem a articulação entre gestão de recursos hídricos e meio ambiente e que o HidroEco geraria avanços na consolidação do SINGREH, catalisando a sua implementação, embora sua adoção de forma plena possa ser complexa e lenta. Concluída a apresentação a Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** agradeceu tão esclarecedora palestra e abriu para comentários. A Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** parabenizou pelo trabalho, bem como pela sua evolução, sendo esta metodologia uma luz para os técnicos. Disse que para o seu uso estariam faltando dados e informações, não podendo ser desprezados estudos das áreas biológicas, pois estes freariam a atuação dos órgãos gestores. Destacou as funções dos serviços ambientais e a cautela que se deve ter para utilização dessa metodologia. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** comentou sobre a necessidade de conceituação dos termos de vazão em discussão e a aplicação dos mesmos em todo o Brasil, manifestando a sua preocupação da generalização. Disse que, conforme exposto no livro Flow, para a definição de vazão ambiental deveria ser considerada a quantificação dos benefícios dos serviços ambientais e o impacto econômico na sociedade, definido com participação da sociedade, o que requeria muito trabalho e muitos dados. Comentou que por isto, ao longo do seminário em Foz do Iguaçu, foi ressaltado, com bastante ênfase, que a definição e implementação das vazões ambientais deveria se feita em bacias pilotos. O Sr. **André Pol (SRHU/MMA)** ratificou a necessidade de trabalho a longo prazo, para estimular a sua implementação, tendo ações voltadas para a bacia, sendo este projeto da SRHU, conforme o Programa 3 do PNRH. A Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** afirmou que os textos produzidos não apresentavam a visão do que estaria realmente ocorrendo, mas que agora seria o momento para seu aprimoramento. A Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** questionou se já haveriam critérios para a escolha de prováveis bacias para serem pilotos. O Sr. **André Pol (SRHU/MMA)** disse acreditar que os princípios deveriam ser criados pela CTPOAR, por possuir técnicos que trabalham na área em todo o país o que também auxiliaria na formação de parcerias. A Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** disse acreditar na necessidade de conversas entre os Estados e a equipe do Plano Nacional para escolha dessas localidades, a partir de um retrato geral, mas com foco nos pequenos. O Sr. **André Pol (SRHU/MMA)** sugeriu que os prazos para execução dos projetos fosse incluída na pauta dessa CT, bem como o aporte e a busca do envolvimento do CTHidro, podendo este indicar pesquisadores que desenvolveriam metodologias sobre o tema, mas com visão estratégica para a aplicação da proposta, bem como os investimentos necessários. A Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)**

comentou que o projeto, colocado pelo representante da SRHU, seria maior do que estava pensando e por isso necessitaria de envolvimento dos comitês e estados buscando o estado da arte atual quanto às bacias, bem como quanto a metodologia, assim necessitando do envolvimento de todos que tenham competência para discussão do assunto, reunidos em uma oficina, sendo a CTPOAR um dos ajudantes e não a esfera definidora. A Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** disse que seria necessária a definição de providências podendo ser utilizado até o Probio e questionou quais seriam as bacias. O Sr. **André Pol (SRHU/MMA)** comentou sobre o Programa 3 do PNRH e a correlação existente com a proposta de resolução, chamando a atenção para que tal documento regulamentar não bloqueasse ações futuras quanto a implementação do programa, assim esperando o aprimoramento da proposta de resolução, sugerindo ser uma ação prioritária para a CTPOAR, bem como nas estratégias para se alcançar a sua aplicação. Disse ainda que a intenção seria de iniciar o projeto em seis meses, ou seja, até julho estar iniciando, mas dependendo das parcerias que estariam sendo buscadas. A Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** solicitou que tal projeto fosse apresentado na próxima reunião da CTPOAR para realmente definir a participação dessa CTPOAR, bem como colocar sugestões. A Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** ratificou a importância dessa apresentação para realmente ser observada a participação da Secretaria e a priorização dessa ação para o Plano, mas que acreditava que os especialistas envolvidos com o tema deveriam estar apresentando seus trabalhos de acordo com o setor que estão envolvidos, assim sugeriu que o Sr. Tundizi fizesse uma apresentação. A Sra. **Leila Carvalho (CERH/SP)** disse ser importante tal apresentação, mas que primeiramente a CTPOAR deveria conhecer o projeto da SRHU e iniciar a discussão da proposta de resolução e na sequência aprimorá-lo com as apresentações. Lembrou que várias apresentações de especialistas já tinham sido feitas no âmbito da CTAP e que estariam disponíveis no *site*. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** sugeriu que fosse realizado um workshop com a participação especialistas em meio ambiente e de recursos hídricos que se envolvessem mais com a temática, para que estes participassem e apresentassem suas sugestões. Retomando os comentários sobre a apresentação, o Sr. **Diógenes Mortari (ADASA)** disse que a parte ecológica estaria deslocada da parte hidrológica e que o caminho natural seria melhorar o “hidro”, mas respeitando a sazonalidade, o que mostraria o respeito à parte ecológica, mas os parâmetros para isso ainda não existiriam, e o ideal seria a união do “hidro” com o “eco”. O Sr. **Sidnei Agra (Agra Engenharia)** disse que o ideal seria que o hidrograma fosse o mais semelhante possível com o natural, com isso aconteceria casos em que a vazão ecológica seria maior que a vazão possível de ser outorgada. Comentou ainda sobre o tipo de critério a ser adotado quanto a definição da vazão ecológica. A Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** disse que o que dificulta a aplicação do hidrograma ecológico seria a falta de dados e informações e com isso o setor elétrico não poderia ficar a esperar, pois prejudicaria a geração e ate mesmo o setor hidroviário. Falou que precisava ser desmistificada a vazão ecológica que poderia ser maior que a vazão para os usos múltiplos. O Sr. **André Pol (SRHU/MMA)** disse concordar com todos os comentários ali colocados e que por isso acreditava na necessidade de um trabalho de campo envolvendo modelagem de paisagem por ser mais funcional e estrutural, respeitada a dinâmica do local e a dificuldade de se alcançar um valor mínimo de quantidade de água na bacia. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** comentou que o hidrograma de vazões mínimas mensais necessárias para atender os usos múltiplos poderia ter a forma inversa do hidrograma natural em termos da sazonalidade, em função das contribuições incrementais estando aí mais uma dificuldade de se generalizar a aplicação destes hidrogramas. A Sra. **Andréa Figueiredo (MME)** disse que todo esse trabalho deveria ser apresentado para a sociedade e buscar o seu envolvimento para ate ser evitada ocupações indevidas. Ainda comentou o quanto o setor elétrico estaria interessado por respostas não só sobre vazões mínimas, mas por vazões de usos múltiplos. O Sr. **Luciano Meneses (ANA)** questionou de quem seria a responsabilidade de solicitar a

401 “outorga” da vazão ecológica, que pela interpretação da Lei seria o IBAMA. Finalizando a
402 reunião acordaram que não seria criado o GT para tratar desse assunto ate que GT Revisão da
403 Res. 12 concluísse seus trabalhos, sendo uma estratégia a CTPOAR ter somente um GT em
404 ativa, mas concordaram com a necessidade de uma oficina para tratar do tema. A Sra. **Leila**
405 **Carvalho (CERH/SP)** encerrou a reunião as 17h42 agradecendo a apresentação realizada e a
406 dedicação de todos os membros e o compromisso assumido para se trazer propostas concretas
407 nas próximas reuniões, haja vista a periodicidade estabelecida para tais encontros e a
408 necessidade de se manter a eficiência dos trabalhos. [Item 7 – 9ª Reunião do GT revisão da](#)
409 [resolução CNRH nº 12](#). A 9ª Reunião iniciou às 9h15 com a discussão dos itens pendentes,
410 vislumbrando a conclusão da minuta de resolução para encaminhamento a CTPOAR. As
411 discussões concentraram-se na forma do art. 15, principalmente seu parágrafo segundo que
412 trataria da definição da classe ate que esta seja determinada pelo órgão gestor. Repassaram
413 todo o texto da proposta de resolução aprimorando-o e concluíram-no, encaminhando para a
414 CTPOAR, bem como o relatório a ser elaborado pela relatora do GT. Assim os trabalhos do
415 GT foram encerrados.

416
417 Ata aprovada na 63ª reunião, realizada nos dias 23 e 24 de abril de 2008.
418

Leila Carvalho Gomes
Presidente da CTPOAR

Raquel Scalia Alves Ferreira
Relatora da CTPOAR